

HORTAS E CULTIVO NAS URBES: EXPERIÊNCIAS NO BRASIL E NO MUNDO

VEGETABLE GARDENS AND CULTIVATION IN URBES: EXPERIENCES IN BRAZIL AND IN THE WORLD

IRACI DA ROCHA WANZKE

Universidade do Vale do Taquari, Univates, Lajeado, RS, Brasil
Doutora em Ambiente e Desenvolvimento. E-mail: iraciwanzke@yahoo.com.br

JANE MAZZARINO

Universidade do Vale do Taquari, Univates, Lajeado, RS, Brasil
Doutora em Ciências da Comunicação. E-mail: janemazzarino@univates.br
<https://orcid.org/0000-0002-6051-5116>

Submissão: 11-03-2025 - Aceite 22-07-2025

RESUMO: Uma forma criativa de retomar as relações com os alimentos é a prática de desenvolvimento urbano sustentável baseada na autoprodução de alimentos em espaços urbanos, por meio das hortas familiares. O objetivo do artigo é refletir sobre a presença das hortas no mundo e no Brasil. A abordagem metodológica é bibliográfica, baseada na busca de artigos no Portal de Periódicos da Capes, que foi realizada no dia 1 de fevereiro de 2020 e atualizada em 2025. Foram utilizados os descritores: hortas domiciliares ou hortas urbanas familiares ou hortas caseiras, identificados pelo sistema “em qualquer campo”. Foram encontrados 71 artigos. Destes, 18 estavam focados diretamente no objetivo do estudo. Complementarmente, buscaram-se outros artigos na internet para compor o artigo. As experiências relatadas das hortas no mundo e no Brasil apontam que são espaços atravessados por possibilidades de aprendizagens cruzadas, expondo a potente complexidade da prática da horticultura para a transformação social, incluindo rever a relação que estamos construindo com o entorno ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Hortas. Cidade. Capes. Pesquisa bibliográfica.

ABSTRACT: A creative way of resuming relationships with food is the practice of sustainable urban development based on self-production of food in urban spaces, through family gardens. The objective of the article is to reflect on the presence of vegetable gardens in the world and in Brazil. The methodological approach is bibliographic, based on the search for articles on the Capes Periodicals Portal, which was carried out on February 1, 2020. The descriptors were used: home gardens or family urban gardens or home gardens, identified by the system “in any field”. 71 articles were found. Of these, 16 they were directly focused on the objective of the study. The reported experiences of vegetable gardens around the world and in Brazil indicate that they are spaces crossed by possibilities for cross-learning, exposing the powerful complexity of the practice of horticulture for social transformation,



including reviewing the relationship we are building with the environment.

KEYWORDS: Vegetable gardens. City. Capes. Bibliographic research.

Introdução

O cultivo e a produção de hortas, no Brasil, visando criar segurança alimentar, começaram no final do século passado, a fim de dar melhores condições alimentares às famílias através do cultivo de hortaliças nas áreas urbanas, com ou sem apoio governamental. Essas ações tomaram impulso a partir de 1980 na América Latina, na África e na Ásia, como uma estratégia de sobrevivência das populações mais atingidas pela crise econômica que se instalou (Branco; Alcântara, 2011). Neste estudo, entendemos como hortas domiciliares, familiares ou caseiras toda forma de produção de alimento em qualquer espaço no entorno da casa, focado no uso familiar, também denominadas em alguns estudos como quintal, pomar, jardins.

Considerada por Barbosa (2007) como uma poderosa ferramenta de educação nutricional, a horta permite a consolidação da educação integral por meio do aprendizado coletivo. Da criança ao jovem adulto, com a participação de toda a comunidade, é possível promover a alimentação saudável, tendo o cuidado com o meio ambiente, a sustentabilidade e o trabalho em conjunto. O sistema familiar é o alicerce da manutenção, a longo prazo, da rede comunitária. Nas suas diversas configurações, essa rede propaga a sua força vital mediante séculos e pelo espaço físico, adquirindo o conhecimento coletivo necessário para assegurar o bem-estar de todos (Capra, 2006).

Nas hortas domésticas, o cultivo de espécies favorece alimentos frescos, em quantidade e qualidade, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional (Pessoa *et al.*, 2006). As hortaliças são alimentos funcionais, assim considerados por beneficiar as funções orgânicas, colaborando para melhorar a saúde e o bem-estar e/ou reduzindo o risco de doenças, além de proporcionar o prazer de plantar ou cultivar, servindo como ocupação e como terapia. Nesse sentido, existem importantes respaldos de recomendações para o consumo de hortaliças frescas e cruas ou pouco cozidas (Carvalho *et al.*, 2006) para uma boa nutrição.

Gazolla e Schneider (2007) destacam que o autoconsumo também é importante por ser um “instrumento” de socialização das famílias e das comunidades. Por meio da sua produção, as pessoas aproximam-se, criando redes de relações sociais e trocas destinadas à alimentação, ao plantio, o que gera vínculos morais e efetivos entre famílias e indivíduos. Essas formas de sociabilidade possibilitam pensar em um futuro sustentável que impulsiona a utopia por meio da construção de saberes multidisciplinares e não fragmentados (Leff, 2009).

De igual modo, as hortas produzidas e cultivadas em contextos urbanos podem ser, segundo Stengers (2015), um espaço de reapropriação coletiva e de desenvolvimento da capacidade e da arte de ter cuidado. Trata-se de uma forma de enfrentamento do individualismo fomentado pelo comportamento capitalista, que impacta diretamente no estabelecimento do vínculo social.

Para Stengers (2015), a reaproximação do contexto ambiental demanda uma ocupação consciente dos espaços e o zelo pelos elementos que envolvem a relação com a natureza. As

hortas podem dar o tom para um progresso consciente, postula a autora, fornecendo uma ressignificação dos espaços e das relações familiares.

O investimento em projetos de hortas familiares parece-nos estratégico nesse momento, marcado pela exacerbação dos conflitos, da fome, da miséria e de outros problemas sociais relevantes, como o desemprego ou os empregos precários. Diante disso, a segurança alimentar, aliada às questões ambientais, vem sendo considerada cada vez mais urgente (Martinelli; Cavalli, 2019), uma vez que parece incontornável que o futuro da humanidade depende dos modos de relação com os recursos naturais disponíveis.

Os aspectos que envolvem a natureza e a sociedade apresentam relações dinâmicas e interações, as quais implicam processos de criação cultural, tecnológicos, históricos e sociais, transformando o meio natural em um ambiente construído (Reigota, 2009). Cabe, nesse contexto, um olhar reflexivo sobre este momento histórico da humanidade, em que a autoprodução de alimentos parece ser uma estratégia necessária, ultrapassando o modismo.

A crise ambiental pode ser considerada uma situação que vivemos neste tempo, uma crise da civilização, do conhecimento, do pensamento ocidental (Leff, 2009). Para Guattari (2012), os desequilíbrios ecológicos decorrentes dos modos de vida contemporâneos conduzem a uma progressiva deterioração do meio ambiente, que só poderá ser enfrentada considerando outras duas dimensões: a mental, aliada à subjetividade humana, e a social, abrangendo as relações sociais. As três devem ser pensadas de forma interdependente, afirma o autor.

Para Soffiati (2002), a crise ambiental da atualidade origina-se de uma concepção antropocêntrica, que solicita investimentos em processos de ecocidadania e de ecoeducação em uma visão holística, a qual concebe o todo presente nas partes e as partes presentes no todo. O holismo compreende a ecologia (casa-habitat-oikos), composta por seres vivos, matéria, energia, corpos e demais forças, que mantêm entre si uma inter-retroalimentação permanente, em que tudo depende de tudo e todos colaboram com todos.

Ao considerarmos a necessidade de uma visão holística, passamos a pensar que o enfrentamento dos problemas ambientais exige uma nova política, uma nova ética, uma nova ciência, uma nova espiritualidade, uma nova educação, um novo humano, portanto, uma nova sociedade. Necessita-se canalizar a mente, buscando objetivos mais elevados, trabalhando e reconstruindo as relações humanas, como destaca Guattari (2012), para dar resposta à crise ecológica por meio de uma autêntica revolução política, social e cultural.

Esse posicionamento requer reavaliar a relação do homem com a natureza, retomando um sentimento de *pathos*, de curiosidade, de encantamento. A natureza já não é concebida como algo venerável e sagrado. O ser humano não se sente pertencente à natureza, mas vive como se a natureza pertencesse a ele: quer conhecê-la para manipulá-la.

No entanto, segundo Soffiati (2002), conhecer a natureza não é compreendê-la, mas adorá-la. Segundo o autor, a crise ecológica decorre de uma percepção da natureza que a valoriza enquanto um recurso econômico. Por muito tempo, se pensou na existência da natureza apenas para o usufruto da humanidade. Essa visão está associada à crise econômica, alimentar e social com que nos deparamos. Neste sentido, o cultivo de hortas familiares pode ser uma forma de manter um caráter protetivo, no sentido de proteger a natureza para o usufruto da humanidade e das futuras gerações, por meio do cuidado e de ações micro cotidianas de cuidado.

Carneiro (2006) apresenta que a percepção da impossibilidade de um crescimento contínuo em um planeta finito, assim como a necessidade de solidariedade com as gerações futuras, impulsionou a criação do conceito de desenvolvimento sustentável. Surge, em consequência, a necessidade de atuarmos para fazer florescer formas de desenvolvimento urbano sustentável (DUS), que possibilitam a manutenção da dimensão e das características do crescimento econômico, sem pôr em causa os bens e os recursos existentes. Esse conceito influencia algumas práticas urbanas, reconhecendo sua complexidade (Carneiro, 2006).

Uma possibilidade para os ambientes urbanos pode estar sendo apontada por Lorenz (1986), quando argumenta que é necessário resgatar as sensações valorativas para que o indivíduo perceba, através do contato íntimo com a natureza, o belo e o bom nelas contidos. Essas sensações foram abafadas pelo pensamento científico e tecnológico do paradigma ainda dominante, que não considera a Terra um organismo vivo, que supervaloriza o racional e a objetividade, a tecnologia, a ciência e a dimensão econômica sobre outras dimensões e saberes.

Uma forma criativa de retomar as relações com os alimentos é a prática de desenvolvimento urbano sustentável, baseada na autoprodução de alimentos em espaços urbanos, por meio das hortas familiares. Diante desta hipótese, o objetivo do artigo é refletir sobre a presença das hortas no mundo e no Brasil.

Metodologia

A abordagem metodológica é bibliográfica, baseada na busca de artigos no Portal de Periódicos da Capes, que foi realizada no dia 1 mês de fevereiro de 2020. Foram utilizados os descritores: hortas domiciliares ou hortas urbanas familiares, ou hortas caseiras, identificados pelo sistema “em qualquer campo”. Foram encontrados 71 artigos. Destes, foram selecionados 21, dos quais a leitura aprofundada evidenciou que 18 atendiam ao objetivo de contextualização sobre o tema em estudo: 8 estudos internacionais e 10 nacionais. Complementarmente, buscaram-se outros artigos na internet para compor o artigo.

Discussões

Experiências pelo mundo

O cultivo nas urbes pode ser considerado uma resposta para os intensos colapsos financeiros e para as políticas relevantes de adequação estruturante, que provocaram preços elevados dos sustentos alimentares, diminuição dos salários e demais variantes. Experiências no Chile, na Argentina e no México mostram que o cultivo nas urbes passa a existir em decorrência dos conflitos políticos e socioeconômicos (Aquino; Assis, 2007).

A fim de exemplificação, podem ser destacadas diversas iniciativas para o cultivo nas urbes em países menos desenvolvidos. Para tanto, podem-se elencar os estudos de Cabannes e Dubbeling (2001), Lattuca *et al.* (2002) e Kitila e Miambo (2002). De igual modo, podem-se citar as cidades do sudeste africano, nas quais, muitas vezes, o suplemento para os recursos

financeiros mensais, assim como as fontes de alimentos das famílias são provenientes do cultivo nas cidades (Aquino; Assis, 2007).

Neste sentido, observam-se mudanças nas práticas produtivas em espaços rurais e urbanos, visando ao melhor aproveitamento do solo e, do mesmo modo, a otimização das condições socioambientais, garantindo, assim, o desenvolvimento sustentável (ONU, 2020). São alternativas que emergem voltadas para a diminuição dos impactos negativos no solo, podendo assegurar a distribuição igualitária de sustentos para a sociedade global, de modo a enfrentar a má gestão do uso da terra, os impactos negativos do aumento do contingente populacional, as práticas de desmatamento e de queimadas, as quais surgiram aliadas à obrigação de aumentar e otimizar o plantio, e à exigência de produtividade para o enfrentamento da fome, que, no entanto, só cresce.

Diferentes autores apresentam alternativas para contornar problemas observados em mecanismos de exploração do solo, como a inserção de sistemas integrados de produção, utilizando o sistema agroflorestal – SAFs (Freitas *et al.*, 2004). Por meio desse sistema, pode-se produzir alimentos em espaços urbanos e rurais, evitando o desmatamento, além de fazer a inserção de componentes que contribuem para a nutrição do solo e das pessoas, por meio de frutas, verduras e legumes, podendo atuar, também, na extração legal de madeiras.

O Quadro 1 apresenta as principais contribuições que os autores desta seção identificaram nos seus estudos sobre as hortas. Na sequência, suas ideias são abordadas de forma mais completa.

Quadro 1 - Vantagens das hortas conforme os estudos apresentados neste capítulo

Autor/ano	Contexto do estudo	Vantagens das hortas
Cutzondzo et al. (2013)	Moçambique	enfrentamento da pobreza composições de plantios diversos conforme os contextos
Toledo et al. (2008)	México	diversidade biológica afetada pelos contextos culturais práticas integradas que contribuem para a resiliência dos sistemas
Queiroz et al. (2018)	Argentina	relevância dos atores sociais na articulação para a promoção de uma cultura de produção orgânica e agroecológica
Gonçalves (2013)	Portugal	prática de cultivo que tende a iniciar em períodos de crise forma de ocupação do tempo complemento de renda aprimora a qualidade de vida não necessita de equipamentos complexos
Gröning (2006)	Alemanha	componente da paisagem urbana atividade de lazer benefícios sociais, ambientais e para a saúde
Medeiros et al. (2015)	França	geração de renda autonomia laços com a natureza soberania alimentar custos menores com alimentos
Aquino e Assis (2007)	Cuba	segurança alimentar para moradores de áreas urbanas

Estudo de Chitsondzo *et al.* (2013) revelou que, em Moçambique, os quintais caseiros são alternativas sustentáveis para diminuir sérios problemas relacionados à pobreza, sendo importantíssimos para a subsistência. Do total estudado, 81,1% utilizava culturas agrícolas + frutíferas + animais, buscando uma maior resiliência do sistema, enquanto quintais apenas com culturas agrícolas + animais representaram aproximadamente 16,2%, e apenas culturas agrícolas 2,70%. Quando analisadas de maneira aprofundada as produções frutíferas, observou-se que grande parte das espécies era composta por mangueira e abacateiro, enquanto galinhas, bois e cabritos foram os animais preferidos. Para os autores, a análise de fatores externos e internos dos quintais indica que a prática dos mesmos deve ser incentivada na região, partindo de princípios agroflorestais de sustentabilidade social, econômica e ambiental. Os quintais caseiros apresentavam suas peculiaridades, contribuindo com a contemplação alimentar das pessoas presentes naquele universo. Ou seja, a composição das alternativas relaciona-se com a cultura de cada espaço-tempo histórico geográfico.

Na península de Yucatán, no México, estudo avaliou os componentes integrados em práticas de manejo múltiplo desenvolvidas pela cultura Maya, como a milpa (campo cultivado), o pomar familiar, as florestas e as florestas secundárias (Toledo *et al.*, 2008). Foram confirmadas evidências da estreita relação que existe entre a cultura *Maya iucateco* e a diversidade biológica de seu ambiente, expressa pelo elevado número de espécies da flora e da fauna da Península de Yucatán. Segundo os autores, as práticas integradas, os quintais e as hortas familiares contribuem para uma maior resiliência dos sistemas estudados.

Outro estudo, realizado na Argentina, verificou a importância de atores sociais que agem como articuladores de programas na área de cultivo de orgânicos. Realizado por Queiróz *et al.* (2018), o objetivo da pesquisa consistiu em analisar a atuação dos promotores do programa ProHuerta em Río Cuarto (Córdoba, Argentina) na formação de hortas e na difusão dos julgamentos de agricultura orgânica e de agroecologia, discutindo seu papel na transmissão do conhecimento em agricultura orgânica e para o estímulo da participação da sociedade civil. Os autores apontam que, além de apoiar suas comunidades no cultivo de itens para consumo próprio e na capacitação para o plantio e o comércio do excedente de produção, os promotores cumpriram também um papel de articulação entre os entes do Estado e a sociedade civil.

Os cultivos urbanos cubanos têm se expandido ano após ano, com a produção de frutas e verduras, temperos e plantas medicinais, além de ornamentais. A produção orgânica predomina em muitas experiências, sendo determinante para o cultivo com elevados rendimentos na agricultura urbana. Como aproximadamente 80% dos cidadãos cubanos residem em regiões urbanas, a prática traz vantagens para os indivíduos dessa região, assegurando alimentação para boa parte dos moradores (Aquino; Assis, 2007).

Estudo sobre cultivos nas cidades realizado na área metropolitana do Porto, em Portugal, realizado por Gonçalves (2013), averiguou que o plantio nas urbes é realizado pelos benefícios que proporcionam a quem as desenvolve, sendo mais valorizados em períodos de crise. A grande maioria dos agricultores urbanos, conforme a pesquisa, começou a iniciativa agrícola após a crise econômica que iniciou em 2008, demonstrando que tal ação não é somente uma ocupação de tempos livres, como muitas vezes é referido, mas também uma forma de complemento ao rendimento, uma vez que o desenvolvimento da atividade permite suprimir algumas das necessidades alimentares do agregado familiar do agricultor.

Além disso, o cultivo nas urbes oferece complemento à dieta alimentar da família, sendo este um dos principais benefícios, além de ser responsável pelo aprimoramento da qualidade de vida. Segundo o estudo, os produtos cultivados nos espaços rurais diferenciam-se dos produtos produzidos nas cidades pela qualidade superior, que advém de um ambiente onde não predomina a poluição atmosférica e a contaminação dos recursos edáficos (influência do solo em seres vivos) e hídricos, como se verifica no espaço urbano. Ademais, no ambiente rural há mais despesas com combustível e a eletricidade é indispensável ao funcionamento das máquinas agrícolas, já que ocupam áreas maiores (Gonçalves, 2013).

Além da necessidade, o plantio de insumos na área urbana está relacionado com uma prática cultural e tradicional em alguns países. Na Alemanha, o cultivo de pequenos jardins (*kleingärten*) é tradição, configurando-se há décadas em um componente importante da paisagem urbana, existindo mais de um milhão deles no país. Esses jardins fazem parte da infraestrutura verde pública, gozando de incentivos e da proteção da lei. Cinco milhões de pessoas os usavam para atividades de lazer. Os locatários têm o compromisso de seguir as normas e as leis ambientais (Gröning, 2006).

Um fator determinante é que só podem ser plantadas árvores frutíferas de pequeno e médio porte nesses locais, sendo proibidas espécies de outras qualidades, por não serem compatíveis com a ideia de plantar seu próprio alimento. São permitidas exceções para a criação de abelhas. Ademais, os *kleingärten* destacam-se pelos benefícios sociais e ecológicos dos espaços verdes. A Alemanha, na época do estudo, era referência mundial em relação à preocupação com a saúde ambiental, tendo um alto índice de sensibilização ecológica, que perpassava todas as camadas da população (Gröning, 2006).

Na França, os jardins *ouvriers* ou jardins operários são pequenos lotes de terra, localizados nas cidades, que podem ser alugados para o cultivo (Medeiros *et al.*, 2015). Nos espaços, as pessoas podem cultivar seus próprios alimentos, comercializá-los para geração de renda e, assim, manter laços com a natureza. Os mesmos autores reforçam que, nos Estados Unidos, há os *victory gardens*, ou jardins da vitória, que foram criados com o intuito de suprir a escassez de comida ocasionada pela Primeira Guerra Mundial. Já na China, as hortaliças consumidas em Pequim são produzidas em hortas urbanas, diminuindo significativamente o custo com o transporte de alimentos, bem como o custo final dos produtos. Em Hanói, no Vietnã, e em seus arredores, a horticultura urbana tem uma produção de mais de 150.000 toneladas de frutas e hortaliças por ano (Medeiros *et al.*, 2015).

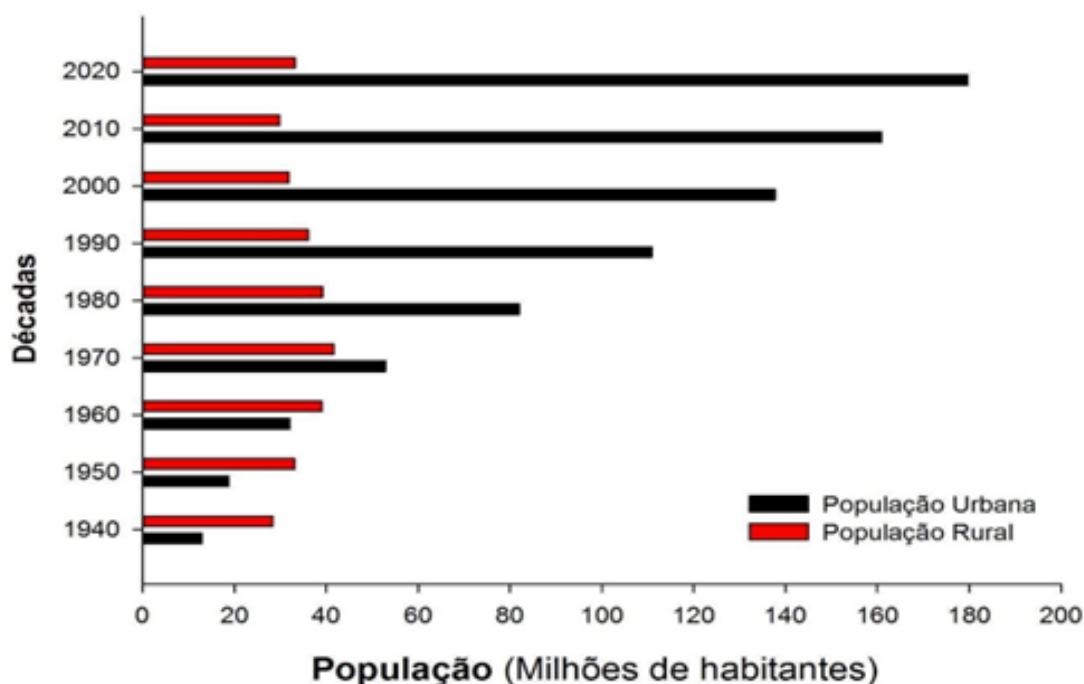
Observa-se, portanto, que a agricultura urbana vem sendo adotada mundialmente. Historicamente, ela desempenha um papel relevante nas populações urbanas, garantindo sua sobrevivência (Aquino; Monteiro, 2003). Em muitas cidades do mundo, as hortas urbanas já é realidade, e são capazes de transformar o entorno, proporcionando mais qualidade de vida e maior economia para os cidadãos. Outros benefícios da agricultura urbana são a melhoria da dieta da população residente; a menor distância do campo ao prato, abrindo o espaço urbano; o aumento da biodiversidade urbana; a integração social; a redução do estresse e a melhoria da saúde mental. Assim, as hortas urbanas constituem-se como locais de troca e de aprendizagem sobre os produtos e as práticas agrícolas, revelando-se uma estratégia para educação e sensibilização ambiental (Rodrigues *et al.*, 2013). Ainda, têm potencial de promover um ambiente urbano

local saudável em níveis econômicos, mantendo escalas de produção, com autonomia familiar e comunitária.

Experiências pelo Brasil

As hortas familiares eram parte fundamental das moradias da zona rural e das cidades até a década de 1960, antes da intensificação do processo de urbanização no Brasil. A urbanização no Brasil só ocorreu de forma intensa no século XX. Dessa forma, pode-se considerar que urbanização é um fenômeno recente, com aumento significativo das taxas de urbanização no país a partir de 1940. Isso se confirma por meio de dados dos Censos Demográficos (SIMÕES, 2016), demonstrando o aumento significativo da população urbana, que na década de 1940 era de 41.236.315 milhões de pessoas, e em 2010 passou a 160.925.792 milhões de habitantes residindo nas cidades. Dados mais recentes indicam uma taxa crescente de urbanização, como pode ser observado na Figura 1.

Tabela 1 - Série Temporal da População Urbana x Rural do Brasil 1940 a 2020



Fonte: Simões, 2016, a partir de dados de dados do IBGE. Org.: Das autoras.

Com a urbanização crescente e a industrialização dos alimentos, foi diminuindo a prática das hortas familiares. Atualmente, há uma revalorização dessa prática cultural, decorrente da preocupação com uma alimentação saudável e da percepção de que quem produz seu próprio alimento em hortas está supostamente menos vulnerável à contaminação microbiológica ou por agrotóxicos, ou de plantas transgênicas, já que tem em mãos a opção de produzir as hortaliças de forma saudável e isenta de resíduos químicos.

Mesmo sendo uma prática milenar, o cultivo de hortas caseiras ganha força com a passagem do modo de vida rural para o urbano, principalmente, na segunda metade da década de 1990, com a expansão da chamada “agricultura urbana” no cenário nacional, afirmando-se

como instrumento de integração nos processos de desenvolvimento sustentável das pessoas e do ambiente, segundo Brancalone (2008).

No Brasil, a agricultura urbana desenvolveu-se a partir das características da agroecologia e existe um interesse em desenvolver uma forma de cultivo que abranja a conexão entre o produtor, o seu ambiente e o consumidor. Segundo Aquino e Assis (2007), a agroecologia é considerada apropriada por várias razões: primeiro, por sua maneira de produção e, também, porque se tornou aparelho simpático à viabilização do cultivo em regime de gerência familiar. De acordo com Filgueira (2007) a relação entre o agricultor e a terra dar-se-á através da produção olerícola, do sustento familiar e da cultura alimentar, importantes para o desenvolvimento econômico de certos grupos sociais.

As hortas são espaços de múltiplas possibilidades. O Quadro 2 sintetiza aquelas abordadas pelos autores que apresentamos na sequência.

Quadro 2 - Vantagens das hortas conforme os estudos brasileiros

Autor/ano	Vantagens das hortas
Branco e Alcântara (2011)	forma de renda indireta oferece segurança alimentar melhora a qualidade nutricional gera vínculos afetivos
Zárate <i>et al.</i> (2016)	melhora a qualidade nutricional promove o contato direto com a terra desperta o sentimento da utilidade atividade de prazer espaço de aprendizados possibilita entrosamento interinstitucional incentiva trabalho social
Almeida (2004)	melhora a qualidade nutricional autoprodução promove a saúde
Monteiro e Mendonça (2004)	contribui pra renda familiar promove a saúde atividade cultural
Wandscheer e Medeiros (2012)	segurança alimentar contribui na renda familiar amplia os espaços verdes urbanos gera absorção pluvial promove a reutilização de resíduos oferece benefícios sociais e ambientais
Botelho <i>et al.</i> (2014)	experiência pedagógica
Costa (2000)	promove a saúde
Gurgel e Oliveira (2015)	Melhora as condições de vida
Cochev <i>et al.</i> (2014)	melhora as condições de vida

Santos <i>et al.</i> (2014)	altera os hábitos alimentares revela-se como espaço de ensino aprendizagem promove sensibilização ambiental promove o planejamento social favorece o engajamento social favorece a responsabilidade socioambiental
Lima e Fernandes (2019)	possibilidade de ocupação ambiental do espaço urbano possibilidade de exploração turística

Fonte: Das autoras

Branco e Alcântara (2011) apontam os principais benefícios que as hortas urbanas oferecem: renda indireta (autoconsumo), garantia de segurança alimentar, melhoria de hábitos alimentares/alimentação, melhoria da nutrição familiar, vínculos afetivos, alimentos frescos e melhoria na nutrição infantil.

De acordo com Zárate *et al.* (2016), a formação de uma horta, com espécies de maior valor nutritivo e maior uso alimentar, permite que as pessoas tenham um contato direto com a terra e o prazer de sentirem-se úteis a si mesmas e às pessoas de seu convívio. Para Latouche (2009), trata-se de uma força importante para difundir a transformação ecológica por meio de boas práticas ambientais, desenvolvendo a “química verde” ao invés de moléculas tóxicas.

Almeida (2004) aborda o cultivo de alimentos em cidades como Belo Horizonte (MG), evidenciando que gerou aprimoramento na qualidade alimentar, estreitando laços entre a saúde e a alimentação por meio da autoprodução. As famílias passaram a plantar mais e a consumir esses alimentos, os quais tinham menos contágios químicos ou biológicos, preocupando-se, a partir desse ponto, mais com a potabilidade da água para a irrigação, e a valorizar os produtos alimentares sazonais e regionais.

Com referência à economia, as pequenas produções têm contribuído de forma acentuada para a renda das famílias, diminuindo as despesas com os alimentos e com a saúde. No município do Rio de Janeiro (RJ), esses quintais domésticos fazem parte da cultura local e são considerados verdadeiras jóias para os cultivos de alimentos (Monteiro; Mendonça, 2004).

De igual modo, Wandscheer e Medeiros (2012) ressalta, tendo como diretriz ações em Belém (PA), que o cultivo agrícola intraurbano é uma ferramenta que minimiza acentuadamente as despesas alimentares em famílias de renda média e média-baixa, contribuindo para a segurança alimentar das classes de baixa renda, que despendem entre um e dois terços de sua renda do mês na compra de alimentos. Ficou evidente, no estudo, que ações dessa natureza beneficiam as urbes na questão ambiental, gerando áreas verdes e favorecendo, também, a melhor absorção pluvial, além de viabilizar a reutilização de resíduos, essencial ao incremento do cultivo agrícola entre cidadãos de Belém. Ou seja, as hortas articulam benefícios sociais e ambientais.

As hortas urbanas se proliferam pelo país, nas capitais e no interior. Em Porto Alegre (RS), em Fortaleza (CE), em Presidente Prudente (SP), em Niterói (RJ) e em Campos dos Goitacazes (RJ), as cidades registram estudos sobre as hortas, assim como em Brasília (DF) e em Teresina (PI). Muitos apontam que o suporte do governo nas ações de cultivo de alimentos em regiões urbanas tem sido fundamental para seu sucesso. Teresina se destaca como parâmetro nacional no desenvolvimento das hortas urbanas com apoio público, com 46 hortas urbanas e

12 campos agrícolas atreladas ao Projeto Hortas Comunitárias em Teresina, desenvolvido desde 1987, principalmente na periferia, onde se localizam as famílias de migrantes de origem rural (Prefeitura de Teresina, 2020).

Os estudos relacionados às hortas urbanas, em sua maioria, retratam que seus protagonistas consideram prazeroso e libertador o ato de preparo da terra, o plantio, os cuidados e a colheita. Admitem que o cultivo da horta os conectam a valores e práticas familiares, denotando, que a horta se constitui como espaço de resistência e perpetuação de conhecimentos culturais advindos de gerações passadas.

O reconhecimento da relevância das hortas urbanas fez com que o *Programa Hortas Cariocas* fosse incluído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2020, na lista de ações essenciais para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O projeto da Secretaria Municipal de Meio Ambiente está presente em 30 comunidades e na rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro, gerando empregos diretos aos moradores e às pessoas ligadas às escolas (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2020).

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (SINJUSC), o cultivo urbano é incentivado pela Organização das Nações Unidas para a alimentação e para a agricultura (ONU/FAO), como estratégia de aumento da resiliência das cidades e de adaptação às mudanças climáticas, além de ser um importante elemento na segurança alimentar da população. Conforme estudo da FAO (2012), denominado *Cidades Mais Verdes e Meios de Subsistências Sustentáveis*, no mundo todo existem em torno de 800 milhões de agricultores urbanos. Segundo o Sindicato, as hortas urbanas têm se destacado no mundo todo porque melhoram as paisagens das cidades, são fontes de alimentos e constituem-se como ferramentas que integram as pessoas. Em Florianópolis há hortas urbanas ou comunitárias espalhados por mais de cento e vinte locais (SINJUSC, 2020).

A agricultura tem um papel fundamental para a reorganização de espaços urbanos. A Câmara de Vereadores de Curitiba, em 2018, aprovou a Lei Municipal que oficializou a ocupação de espaços públicos e privados para o cultivo de agricultura urbana. Com isso, atualmente há 87 hortas assistidas pela prefeitura. Em junho de 2020, foi inaugurada a primeira Fazenda Urbana, projeto que foi idealizado e coordenado pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN). O complexo conta com uma área de 4.435 m², com estufas, hortas, composteiras, restaurante-escola, banco de alimentos e a extensão do projeto Jardins de Mel, bem como uma infraestrutura para a realização de eventos e treinamentos. O espaço tem viés comunitário e atende escolas, universidades e outros interessados por meio de parcerias. A proposta é trabalhar com um processo de autogestão, em que a comunidade se aproprie do espaço para executar suas atividades sem fins lucrativos e visando à multiplicação de práticas de agricultura urbana (Botelho *et al.*, 2014).

Outras experiências de hortas urbanas encontram-se por todo o Brasil. Uma rápida pesquisa nos sites de busca informa que em São Paulo, há os Hortelões Urbanos, por exemplo. O Recife também tem se tornado um polo de experiências com hortas urbanas, feiras agroecológicas e outros espaços de valorização da agroecologia e da agricultura familiar. Na comunidade de Palha de Arroz, localizada no Canal do Arruda, a produção de alimentos garante renda das famílias lideradas por 30 mulheres que cultivam e cuidam da horta, que possui uma diversidade de plantas medicinais, ornamentais, hortaliças e alimentos. No bairro de Casa Amarela, surgiu

o *Projeto Casa Amarela*, através da iniciativa dos moradores. No Conjunto Habitacional Naná Vasconcelos, no bairro da Linha do Tiro, através do apoio da Secretaria de Saneamento do Recife, os moradores também implantaram uma horta.

A partir dos exemplos citados, percebe-se que aspectos sociais, econômicos, políticos, nutricionais, pedagógicos, ambientais, de saúde, entre outros, são passíveis de serem desenvolvidos a partir das práticas de agricultura urbana, sejam elas decorrentes de experiências de hortas comunitárias, institucionais, familiares ou escolares.

O aspecto da saúde é ressaltado em estudo que aprofunda o papel das hortas comunitárias como atividade terapêutica. O estudo de Costa (2000) tinha o objetivo de identificar significados e repercussões da prática da agricultura urbana e periurbana (AUP) em Unidades Básicas de Saúde (UBS), enquanto atividade de Promoção da Saúde (PS). Os autores questionavam-se sobre sua dimensão terapêutica, caracterizando-a como uma atividade alinhada às práticas integrativas e complementares. Por meio de estudo transversal com abordagem qualitativa no município de Embu das Artes (SP), concluiu-se que as atividades de cultivo nas hortas comunitárias se refletem na promoção da saúde de forma benéfica.

A dimensão política é aprofundada em artigo sobre a relação entre agricultura familiar, autoconsumo, segurança alimentar e políticas de democracia rural, de Gazolla e Schneider (2007), focado no Rio Grande do Sul. Para os autores, o fortalecimento da agricultura familiar passa por um conjunto de iniciativas dos próprios agricultores enquanto atores sociais do seu próprio destino e desenvolvimento, mas, também, por ações ativas do Estado, principalmente em locais de maior vulnerabilidade social, que poderiam ser mescladas com políticas de transferência de renda, políticas agrícolas e políticas que incidem sobre outras dimensões das famílias, como a cultura, a sociabilidade, as relações sociais, o trabalho e as “produções invisíveis”, como no autoconsumo.

O impacto econômico da produção de alimentos na vida familiar é abordado em artigo sobre a comunidade de Sombras Grandes e Milagres, de Gurgel e Oliveira (2015), e noutro estudo, de Cochev *et al.* (2014), sobre sistemas de produção olerícola comercial de Alta Floresta/MT. Ambos apresentam as mudanças ocorridas na renda das famílias a partir da produção, do cultivo e da comercialização de hortaliças.

A Comunidade Sombras Grandes e Milagres passou por muitas transformações a partir do ano de 2005, com a intervenção direta da ação governamental do *Projeto Dom Helder Câmara* e parceiros, que mudaram não apenas as condições de vida das famílias, mas também o jeito de pensar o ambiente e de conviver com ele. As famílias conseguiram obter uma renda mensal de mais de um salário-mínimo com a comercialização da produção agroecológica, segundo Gurgel e Oliveira (2015).

As hortas são espaços pedagógicos, sejam comunitárias ou familiares. Estes aspectos são abordados por Zárate *et al.* (2016), em estudo sobre hortas caseiras, plantas medicinais e trabalho voluntário, cujo objetivo era ensinar famílias, de diferentes estratos sociais e universitários, técnicas de cultivo de hortaliças e de plantas medicinais visando ao aumento de áreas produtivas caseiras, dentro dos princípios de sustentabilidade, ao mesmo tempo em que incentivava o trabalho social dos alunos do curso de Agronomia, e buscava melhorar o entrosamento interinstitucional.

Uma das manifestações da agricultura urbana por meio das hortas se dá no espaço escolar. A horta escolar pode gerar aprendizagem e mudanças de hábitos alimentares, segundo Santos *et al.* (2014). Seu estudo avaliou o papel da horta como instrumento motivador para o processo de ensino-aprendizagem, de sensibilização socioambiental e de conscientização e mudanças de hábitos alimentares de alunos do Ensino Fundamental II de uma escola da zona rural do município de Picuí (PB). O projeto gerou engajamento em um processo de construção coletiva do conhecimento interdisciplinar. O manejo diário da horta obedeceu a um cronograma planejado pelas turmas, cabendo ao professor da disciplina do dia e horário a incumbência de comandar as atividades e de inserir o conteúdo planejado, em consonância com o que pudesse ser observado na horta. A divisão das tarefas procedia-se de forma que cada grupo de alunos se responsabilizasse e cumprisse etapas como irrigação dos canteiros e preparo de mudas.

Nem sempre ações de alimentação escolar incluem a horta como espaço estratégico. É o caso de outro estudo, realizado no âmbito escolar, que se refere à avaliação do programa de alimentação escolar municipal de Olinda, em Pernambuco. Na pesquisa, Pedraza *et al.* (2007) apontam que, dentre os principais problemas encontrados, destaca-se a falta de atividades pedagógicas e complementares, que devem constituir parte inseparável de um programa de alimentação escolar.

O fato apresentado pelos autores, ao lado de outras constatações, parece indicar que a alimentação escolar é considerada o simples fornecimento de uma refeição, denotando uma concepção a ser problematizada acerca de um programa de alimentação escolar. O atrelamento da constituição de uma horta a atividades pedagógicas e complementares é uma tarefa mais complexa, requerendo o engajamento de todos os segmentos (diretores, professores, gestores do programa e das instâncias governamentais, familiares, alunos, etc.) para o que o fornecimento de alimentos nas escolas possibilite o desenvolvimento de atividades de educação em nutrição e saúde.

No caso da educação não formal, Lima e Fernandes (2019) relatam experiências sociocomunitárias que ocorrem por meio de manifestações e de ocupações no ambiente urbano, bem como de experiências de turismo rural-patrimonial. Essas atividades envolvem controle de ervas espontâneas, observação do crescimento e desenvolvimento das plantas, adubações, colheitas e limpeza do espaço.

As experiências relatadas das hortas no mundo e no Brasil apontam que são espaços atravessados por várias possibilidades de aprendizagens cruzadas, expondo a potente complexidade da prática da horticultura para a transformação social, incluindo rever a relação que estamos construindo com o entorno ambiental. Tais aprendizagens acontecem direta ou indiretamente, de modos sistemáticos, estruturados e intencionais (em maiores ou menores graus), bem como de modos informais e incidentais, sem haver preocupação com aspectos mais pedagógicos (Lima; Fernandes, 2019).

Conclusões

O essencial para a nossa sobrevivência configura-se em repensar nosso estilo de vida. Mesmo em uma situação de crise ambiental, de aparente caos, emergem alternativas. Existem muitas situações que nos distanciam do meio natural, o que tem provocado vários desequilíbrios

físicos e emocionais, tais como ansiedade, depressão ou estresse. Estes desequilíbrios manifestam-se talvez como uma tempestade tão devastadora como a que já está em curso, que arrasa bosques e florestas, por meio de um estilo de vida predatório e voraz.

Por outro lado, a agricultura urbana contribui para o desenvolvimento sustentável das cidades. A apropriação do conceito de desenvolvimento sustentável tem sido apontada como uma das estratégias para enfrentar esses desafios contemporâneos das cidades, as quais têm recebido, incorporadas às urbes, denominações variadas: cidades sustentáveis, cidades ecológicas, *ecocities*, urbanismo sustentável e urbanismo ecológico, entre outras.

Diversos autores têm tratado do tema, apresentando reflexões sobre o conceito e sobre iniciativas locais que tentam incorporá-lo na prática. Uma das formas mais comuns de praticar a agricultura na cidade é através do cultivo de hortas urbanas, que se constituem como formas de uso e apropriação de terrenos públicos ou privados para o cultivo de hortaliças, no interior ou nas periferias das cidades. Esse cultivo apresenta-se de diversas formas e com diferentes características, sendo aplicadas de acordo com o conhecimento e os interesses das populações que a adotam.

As estruturas de agricultura familiar e as hortas comunitárias e escolares costumam ser reconhecidas governamentalmente, tendo maiores investimentos públicos para seu desenvolvimento e sua promoção. Por mais que as ações de cultivo familiar sejam fomentadas e mantidas por um desejo quase individual, quando políticas públicas atuam em prol de se fomentar realizações de ações como essas, o trabalho ganha forma e se replica com mais efetividade.

No Brasil o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana tem a meta de estimular a produção agroecológica de alimentos nas cidades, aproveitando as áreas ociosas urbanas e periurbanas para promover a produção sustentável, o processamento e a comercialização de alimentos saudáveis (Brasil, 2023). O programa pode ser efetivado por Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive por meio de consórcios públicos, e com entidades privadas e organizações da sociedade civil. Pode-se acessar o programa por meio de editais. Embora não seja diretamente um programa para famílias, uma política pública como essa promove significativos efeitos secundários, por exemplo o incentivo a iniciativas mais particulares como as hortas familiares.

Importante frisar que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento considerou o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana um importante ato integrante de políticas de desenvolvimento sustentável, destacando a segurança alimentar e nutricional, elementos fundamentais para o desenvolvimento e o bem-estar social (ONU, 2020).

O incentivo às práticas sustentáveis, como no cultivo de hortas, é uma forma de ação conectada com a busca de alternativas viáveis e de fácil implantação diante do contexto crítico e preocupante que envolve a degradação de recursos naturais e a redução da segurança e da soberania alimentar no mundo.

Por fim, na tentativa de atualizar o estudo, um retorno a mesma base de dados com uso dos mesmos descritores, identificaram-se novos estudos que reiteram os aspectos abordados neste estudo. Quatro artigos mostraram-se relevantes no sentido de complementar e/ou reiterar os achados já apresentados.

Silva *et al.* (2025) concluem que as hortas domésticas propiciam o consumo de alimentos frescos e sem agrotóxicos, ricos em nutrientes, melhorando a qualidade de vida individual e familiar. O cultivo em hortas no entorno da casa traz benefícios para a saúde, é uma forma de lazer e de maior contato com a natureza, melhorando os hábitos por meio de atividades criativas, seja no cultivo ou no preparo dos alimentos. As hortas familiares possibilitam segurança alimentar, contribuindo para o enfrentamento dos desafios contemporâneos, por promover o acesso aos alimentos, a diversificação de cultivos, a educação alimentar e dietas balanceadas, segundo Arias Ramirez e Dumani Echandi (2025).

Santos *et al.* (2024) destacam os quintais produtivos como fonte de alimentos que proporcionam segurança para comunidades urbanas e rurais. Para os autores, o contato com a horta é uma experiência holística, já que pode ser espaço de sensibilização e de práticas educativas, assim como requerem a construção de políticas públicas para promover tanto a sua implantação quanto a sua continuidade. Como outros resultados efetivos, as hortas promovem a sustentabilidade ambiental e o bem-estar das comunidades, garantindo a segurança alimentar.

Por sua vez, Cruz *et al.* (2022) concluíram que as hortas urbanas são uma forma de exercitar a ajuda mútua e a reciprocidade nas relações sociais (familiares, de vizinhança, institucionais), tanto nas trocas materiais quanto imateriais, caso dos conhecimentos sobre formas de cuidar dos cultivos. Partilham-se sementes e conhecimentos, exemplificam. As hortas urbanas estimulam práticas sociais e ambientais para além dos envolvidos, afirmam os autores. Eles observaram que as hortas ajudam no enfrentamento da violência urbana, na redução dos lixões e do uso de químicos.

Considerações finais

As hortas cultivadas nos espaços em volta das casas possibilitam ganhos econômicos decorrentes da autoprodução, o que oferece segurança alimentar. O cultivo promove o acesso a conhecimentos sobre os aspectos nutricionais das plantas, melhorando as condições e a qualidade de vida, com reflexos sobre a saúde. Além disso, a autonomia na produção dos alimentos proporciona bem estar.

Os aprendizados se dão também no campo social, já que é um fazer que exige planejamento para os plantios e cultivos, assim como para o preparo dos alimentos. A responsabilização pelas tarefas pode engajar diferentes familiares, mas a reciprocidade e a ajuda mútua extravasa pela vizinhança, por meio das partilhas das colheitas.

A ocupação do tempo com um trabalho caseiro assume um aspecto de trabalho social, de troca de conhecimentos. Trabalho e lazer se misturam no contato com a terra, aproximando os hortelões da natureza e dos seus espaços de vida. Os vínculos afetivos surgem de atividades que geram prazer e desenvolvem a criatividade, pois é preciso criar continuamente os espaços das hortas. Ainda, esta é uma prática cultural ancestral.

Além dos benefícios pessoais e sociais, as hortas esverdeiam as paisagens com diversidade biológica, oferecendo serviços sociais e ambientais complexos, atravessados pelo prazer de construir laços com a natureza. Assim, as hortas possibilitam muitos tipos de encontros.

Referências

ALMEIDA, Daniela. Agricultura urbana e segurança alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 0, p. 25-28, set. 2004. Disponível em: <https://aspta.org.br/revista/v1-n0-seguranca-alimentar-a-agricultura-familiar-aponta-o-caminho/> Acesso em: 10 dez. 2024.

AQUINO, Adriana Maria; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, SP, v. 10, n. 1, p. 137-150, jan./jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2007000100009> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/NxDQgVhmCTLXXMW5QN3VVBL/abstract/?lang=pt> Acesso em: 09 dez. 2024.

AQUINO, Adriana Maria; MONTEIRO, Denis. Agricultura urbana. *In*: AQUINO, Adriana Maria; ASSIS, Renato Linhares de. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa, 2003. Cap. 8, p. 185-198. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8064219/mod_resource/content/1/Aquino%20%20Assis%202012%20Agroecologia%20_%20Princ%C3%ADpios%20e%20T%C3%A9cnicas%20para%20uma%20Agricultura%20Org%C3%A2nica%20Sustent%C3%A1vel_v2.pdf Acesso em: 12 dez. 2024.

ARIAS RAMÍREZ, J., & DUMANI ECHANDI, M. Agrobiodiversidad en huertos familiares y seguridad alimentaria y nutricional de hogares en Monteverde, Costa Rica. **Perspectivas Rurales Nueva Época**, 22(43), 1-23, 2024. Doi: <https://doi.org/10.15359/prne.22-43.10> Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/perspectivasrurales/article/view/19911/30697> Acesso em 18 jul. 2025.

BARBOSA, Najla. S. V. **A horta escolar dinamizando o currículo da escola**. Brasília: Equipe, 2007. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cecane/downloads/271112100010.pdf> Acesso em: 12 dez. 2024.

BOTELHO, Louise de L. R.; WUERGES, Artur F. E.; SILVA, Eliseu C.; MINETTO, Cleomar; MACEDO, Marcelo; TRINDADE, Evelin Priscila. Tecnologia social e políticas públicas para o desenvolvimento: ideias para serem discutidas na Academia. **Revista Espacios**, Caracas, Venezuela, v. 35, n. 12, p. 2, 2014. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a14v35n12/14351202.html> Acesso em: 12 dez. 2024.

BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais (RCS)**, Fortaleza, CE, , v. 39, n. 2, p. 98-104, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/511> Acesso em: 10 dez. 2024.

BRANCO, Marina C.; ALCÂNTARA, Flávia A. de. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura brasileira**, Brasília, DF, v. 29, n. 3, p. 421-428, set. 2011. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-05362011000300028> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hb/a/BBhZ9hvsDdRCbwd9mQF87ZQ/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana> Acesso em: 10 dez. 2024.

CABANNES, Yves; DUBBELING, Marielle. La agricultura urbana como estratégia para un desarrollo sostenible municipal. **Revista Agricultura Urbana**, Quito, Equador, n. 1, p. 21-22, 2001. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2000/10/rau01_total.pdf Acesso em: 10 dez. 2024.

CAPRA, Fritjof. Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARNEIRO, Sônia M. M. Fundamentos epistemo-metodológicos da educação ambiental. **Educar**, Curitiba, PR, n. 27, p. 27-35, jun. 2006. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000100003> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/vBpNhyd7mBY3HjK46nHVvF/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 dez. 2024.

CARVALHO, Patrícia G. B.; MACHADO, Cristina M. M.; MORETTI, Celso L.; FONSECA; Maria E. N. Hortaliças como alimentos funcionais. **Horticultura Brasileira**, Brasília, DF, v. 24, n. 4, p. 397-404, dez. 2006. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-05362006000400001> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hb/a/L9XJQSJkrsncCgrKSGYQPHd/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 dez. 2024.

CHITSONDZO, Clemencia C. E.; SILVA, Ivan C. Quintais caseiros em Machipanda, distrito de Manica, Moçambique. **Pesquisa Florestal Brasileira**, [S.l.], v. 33, n. 74, p. 127-135, 2013. Disponível em: <https://pfb.cnpf.embrapa.br/pfb/index.php/pfb/article/view/413> Acesso em: 10 dez. 2024.

COCHEV, Jakeline dos S.; NEVES, Sandra M. A. S.; JÚNIOR, Santino S.; NESPOLI, André; NEVES, Ronaldo José. Sistemas de produção olerícola comercial do município matogrossense de Alta Floresta, BRASIL. **RAEGA: O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, PR, v. 31, p. 240-266, dez. 2014. Doi: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v32i0.35789> Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287693990_SISTEMAS_DE_PRODUCAO_OLERICOLA_COMERCIAL_DO_MUNICIPIO_MATO-GROSSENSE_DE_ALTA_FLORESTA_BRASIL Acesso em: 12 dez. 2024.

COSTA, Heloisa S. M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Presidente Prudente, SP, n. 2, p. 55, 2000. Doi: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2000n2p55> Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/37> Acesso em: 10 dez. 2024.

CRUZ ROA, M., DENARDIN, V. F., & SULZBACH, M. T. Expressões de reciprocidades em hortas urbanas familiares e comunitárias do sudoeste de Bogotá, Colômbia. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, 54(2), 2022. Doi: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2022.i2.a48166> Disponível em <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/48166> Acesso em: 18 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Criar cidades mais verdes**. Programa de Horticultura Urbana e Periurbana (HUP) da FAO. Roma: FAO, 2012. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i1610p/i1610p00.pdf> Acesso em: 10 dez. 2024.

FILGUEIRA, Fernando A. R. **Novo manual de olericultura**: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3. ed. Viçosa: UFV, 2007.

FREITAS, Claudécir G; ROSA, Leonilde S; MACEDO, Renato L. G. Características estruturais e funcionais dos quintais agroflorestais da comunidade Quilombola de Abacatal-Pará. *In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS. Anais do V Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais*. Curitiba: Embrapa, 2004, p. 518-520. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/310232/1/EmbrapaFlorestas-CBSA-2004-P.-518.pdf> Acesso em: 10 dez. 2024.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **ESTUDOS: Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, RJ, ano 15, v. 15, n. 1, p. 89-122, abr. 2007.

GONÇALVES, Sandra Cristina Campos. **Agricultura urbana num contexto de crise: um estudo de caso na área Metropolitana do Porto**. Orientador: Professora Doutora Teresa Sá Marques. 2013 147 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2013. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/71745/2/28392.pdf> Acesso em: 09 dez. 2024.

GRÖNING, Gert. Aspectos da cultura do jardim e do desenvolvimento dos espaços livres na Alemanha. **RAEGA: O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, PR, 11, p. 143-170, 2006.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 21. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

GURGEL, Rosane F. S.; OLIVEIRA, Kelvin B. Os impactos na renda das famílias da comunidade de sombras grandes e milagres: o caso do projeto Dom Helder Câmara – PDHC. **HOLOS**, Natal, RN, ano 31, v. 6, p. 297-307, jun. 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2015.1531>

KITILA, Martin D.; MIAMBO, Anastacia. Integración de la agricultura urbana en el desarrollo de la ciudad de Dar Es Salaam. *Revista Agricultura Urbana*, Quito, Equador, v. 4, p. 22-24, 2002.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado de decrescimento sereno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LATTUCA, Antonio; MARIANI, Silvana; TERRILE, Raúl. Una estratégia de desarrollo local para sectores de bajos recursos: agricultura urbana orgânica. *Revista Agricultura Urbana*, Quito, Equador, n. 6, p. 30-31, 2002.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, RS, v. 34, n. 3, p. 17-24, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9515> Acesso em: 12 dez. 2024.

LIMA, Livia M. G.; FERNANDES, Renata S. Educação não formal e o município educador: algumas experiências sociocomunitárias. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, PR, v. 41, n. 1, p. e37380, 2019. Doi: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v41i1.37380> Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/37380> Acesso em: 10 dez. 2024.

LORENZ, Konrad. **Demolição do homem**. São Paulo: Brasilienses, 1986.

MARTINELLI, Suellen S.; CAVALLI, Suzi B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 24, n. 11, p. 4251-4261, nov. 2019. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.30572017> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/z76hs5QXmyTVZDdBDJXHTwz/abstract/?lang=pt> Acesso em: 09 dez. 2024.

MEDEIROS, Camila B. N.; SILVA, Miss Lene P.; ATHAÍDE, Ruth M. C. As hortas urbanas como uma contribuição às cidades sustentáveis: o caso do Gramorezinho em Natal/RN. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, Tupã, SP, v. 3, n. 8, 2015. Doi: <https://doi.org/10.17271/23178604382015981> Disponível em: https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/cidades_verdes/article/view/981 Acesso em: 08 dez. 2024.

MONTEIRO, Denis; MENDONÇA, Marcio M. Quintais na cidade: a experiência de moradores da periferia da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 0, p. 29-31, set. 2004. Disponível em: <http://aspta.org.br/revista/v1-n0-seguranca-alimentar-a-agricultura-familiar-aponta-o-caminho/> Acesso em: 10 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **17 objectifs pour sauver le monde**. 2020. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/fr/objectifs-de-developpement-durable/> Acesso em: 05 dez. 2025.

PEDRAZA, Dixis F.; ANDRADE, Sonia L. L. de S.; MONTEIRO, Jailma S.; LIRA, Pedro I. C. de. Avaliação do programa de alimentação escolar no município de Olinda - Pernambuco. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, CE, v. 20, n. 2, p. 76-85, 2007. Doi: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/1006> Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/1006/2167> Acesso em: 10 dez. 2024.

PESSOA, Cristiane C.; SOUZA, Marcelino; SCHUCH, Ilaine. Agricultura urbana e Segurança Alimentar: estudo no município de Santa Maria. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 23-27, 2006. Disponível em: www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m07t02.pdf Acesso em: 09 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA (Município). Prefeitura investe mais de R\$ 2 milhões em hortas comunitárias e campos agrícolas da zona rural. **Prefeitura Municipal de Teresina**, Teresina, PI, 2020. Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br/2020/12/16/prefeitura-investe-mais-de-r-2-milhoes-em-hortas-comunitarias-e-campos-agricolas-da-zona-rural/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

QUEIROZ, Marcos A. C.; GUEDES, Cezar A. M.; ASSIS, R. L. A atuação dos voluntários do programa ProHuerta em Río Cuarto (Córdoba, Argentina) na formação de hortas e difusão dos conceitos de agricultura orgânica e agroecologia. **Revista de la Facultad de Agronomía**,

Buenos Aires, Argentina, v. 117, n. 1, p. 43-52, 2018. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/revagro/article/view/7313> Acesso em: 05 dez. 2024.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. Tatuapé: Brasiliense, 2009.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (Município). Programa Hortas Cariocas recebe reconhecimento da ONU. **Prefeitura do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 2020. Disponível em: <https://prefeitura.rio/meio-ambiente/onu-inclui-programa-hortas-cariocas-da-prefeitura-do-rio-na-lista-de-acoes-essenciais-para-alcancar-os-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/> Acesso em: 05 dez. 2024.

RODRIGUES, M. Ângelo.; PEIXINHO, Diana; NOBRE, Sílvia; OLIVEIRA, Pedro; ARROBAS, Margarida. Boas práticas agroecológicas em horticultura urbana. *In: VII Congresso Ibero de Agroingenieria Y Ciencias Horticolas*. 2013, Madrid. Madrid: SECH, 2013, p. 785-790. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10198/10168> Acesso em: 15 dez. 2024.

SANTOS, M. M., CORREIA, M. DA C. A., BARBOSA, A. C. F., SANTOS, C. A. B., LIRA, K. F. S. DE, & OLIVEIRA, G. M. DE. O papel dos quintais produtivos na promoção da segurança alimentar: uma revisão sistemática de literatura. *Journal of Media Critiques*, **10**(26), e108, 2024. Doi: <https://doi.org/10.17349/jmcv10n26-030> Disponível em: <https://journalmediacritiques.com/index.php/jmc/article/view/108/80> Acesso em 18 jul. 2025.

SANTOS, Maria J. D. AZEVEDO, Thiago A. O. de; FREIRE, José L. de O.; AUNAUD, Debora K. L.; REIS, Francisca L. A. M. Horta escolar agroecológica: Incentivadora da aprendizagem e de mudanças de hábitos alimentares no ensino fundamental. **HOLOS**, Natal, RN, v. 4, p. 278-290, 2014. Doi: <https://doi.org/10.15628/holos.2014.1705> Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1705> Acesso em: 10 dez. 2024.

SILVA, BC dos S. da; SANTOS, VS.; ALMEIDA, MEF de. Hortas caseiras: fonte de saúde no lar. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 11, pág. e338101119683, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i11.19683. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19683>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SIMÕES, Celso Cardoso Silva. Breve histórico do processo demográfico. *In: IBGE (org.). Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 39-73.

SINJUSC. Pioneiro em Santa Catarina, SINJUSC integra projeto de horta urbana com foco na inclusão social. **SinJusc**, Florianópolis, SC, 20 fev. 2020. Disponível em: <https://www.sinjusc.org.br/site/pioneiro-em-santa-catarina-sinjusc-integra-projeto-de-horta-urbana-com-foco-na-inclusao-social/>

SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e ecoeducação. *In: LAYRARGUES, Philippe. P.; LOUREIRO, Carlos F. B.; CASTRO, Ronaldo S. (Org.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 23-67.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (SMPCG). **Vila–Bairro: cada ação vale a transformação.** 1999.

SOUZA, Fatima C.; MONTEIRO, Rosa C. Estudio de la imagen del medio rural entre sus habitantes y posibles relaciones con los flujos migratorios. *In*: BENAL, Ovejero A.; JIMÉNEZ, Moral; ELIAS, Pepe L. (Org.). **Aplicaciones en Psicología Social.** Madrid: Universidad de Valencia, 2000.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes.** São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

TOLEDO, Víctor M. BARRERA-BASSOLS, Narciso; GRACIA-FRAPOLLI, Eduardo; ALARCON-CHARIES, Pablo. Uso múltiple e biodiversidade entre os Yucatec Maya (México). **INCI**, [S. l.], v. 33, n. 5, p. 345-352, 2008. Disponível em: https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0378-18442008000500007&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 12 dez. 2024.

WANDSCHEER, Elvis A. R; MEDEIROS, Rosa M. V. Agricultura Urbana em Belém do Pará: atividade produtiva, dinâmicas socioeconômicas e organização espacial. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 23, 2012. Doi: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2012.3707> Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3707> Acesso em: 10 dez. 2024.

ZÁRATE, Heredia; ANTONIO, Nestor; VIEIRA, Maria do C. Hortas caseiras, plantas medicinais e Universidade Federal da Grande Dourados: trabalho voluntário em diferentes estratos sociais. **Revista de la Facultad de Agronomía**, La Plata, v. 115, n. 2, p. 171-178, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5832642.pdf> Acesso em: 12 dez. 2024.